

Requerimento
(Do Senhor Neilton Mulim)

Requer a realização de audiência pública para debater as irregularidades na terceirização da merenda escolar.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a presença de membros do Ministério Público e representantes do Conselho de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo, para debatermos as denúncias de irregularidades na terceirização da merenda escolar.

Para esta audiência, indico os Promotores de São Paulo responsáveis pelo caso para que participem como debatedores, bem como a Presidente do Conselho de Alimentação Escolar da Prefeitura do município de São Paulo e a Presidente do Conselho de Administração Escolar da Prefeitura do município do Guarujá, Professor Elizabeth da Silva Barbosa.

JUSTIFICATIVA

Conforme notícia do jornal anexo, muitas irregularidades tem ocorrido na administração e terceirização da merenda escolar. Esta situação não pode passar ao largo da fiscalização desta Casa de leis, em especial desta Comissão na sua competência regimental e constitucional.

Temos certeza que os nobres Pares aprovarão esta medida com atuação urgente e eficaz, uma vez que as nossas crianças estão sendo violentadas nas suas necessidades básicas.

Acrescenta-se que a merenda escolar é um programa federal com dotação orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, sendo portanto dever desta Comissão a dotação das medidas necessárias para impedir o desvio do dinheiro público que é destinado a tão nobre fim.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2009.

NEILTON MULIM

Deputado Federal

PTC-SP

Ino Tavares
rcelo Godoy

Justiça decretou o bloqueio estrito (sem limite de valor) de contas bancárias de duas empresas investigadas por pagamento no suposto esquema cartel e fraudes envolvendo contratos de fornecimento de merenda para a rede municipal de ensino da capital. A decisão atinge a Gourmaître Cozinha Industrial e Refeições e a Verdurama Comércio Cadista de Alimentos Ltda., ambas ostensivamente ligadas ao grupo Alimentação - um dos seis mantêm contrato com a Prefeitura. Em seu despacho, a Ariane de Fátima Alves do Departamento de In- ritos Policiais (Dipo), tam- autorizou a quebra dos sigi- bancário e fiscal de seis pes- s, entre sócios e executivos

empresas. Ministério Público Estadual (MPE) afirma que a Verdurama e a Gourmaître são dirigidas por "laranjas". De acordo com o relatório emitido pelo Conselho de Controle de Atividades Bancárias (Coaf), braço do Mi-

FRASE

José Maria Trepas Cases Advogado da Verdurama

"Se a juíza não voltar atrás a empresa vai quebrar. Uma coisa é decretar a indisponibilidade dos bens, outra é impedir que se paguem impostos e funcionários"

nistério da Justiça especializado no combate à lavagem de dinheiro, as duas empresas teriam realizado nos últimos anos centenas de movimentações bancárias suspeitas.

O advogado da Verdurama, José Maria Trepas Cases, nega qualquer irregularidade. "Era dinheiro para pagar dívidas com fornecedores, com funcionários e em cartórios", argumenta. "Se a juíza não voltar atrás nessa decisão de bloquear as contas, a empresa vai quebrar. Uma coisa é decretar a indisponibilidade dos bens, outra é impedir que se paguem os impostos e os salários de mais de mil funcionários." O defensor disse ainda que a Verdurama não pertence à SP Alimentação, embora houvesse interes-



SUSPEITA - Rede municipal recebe 1,8 milhão de refeições diárias: uma das empresas investigada tem como sede endereço de uma igreja

sem qualquer vínculo formal com as empresas, retirou R\$ 100 mil em dinheiro. Os promotores suspeitam que os valores tenham sido usados para pagar propina a servidores.

Relatório mostra movimentação atípica de R\$ 22 mi em três anos

Embora as seis fornecedoras que mantêm os contratos com a Prefeitura (SP Alimentação, J. Coan, Nutriplus, Sistal, Terra Azul e Convída) não apresentem irregularidades contábeis ou fiscais, o MPE já reuniu indícios de que empresas de facha-

da eram usadas para esconder movimentações suspeitas. Sócios e executivos das empresas também estão na mira dos promotores por terem realizado operações suspeitas.

A Justiça deve expedir nos próximos dias ofícios para o Banco Central a fim de que seja determinado o bloqueio imediato de todas as contas existentes em nome das empresas investigadas. Bancos e Receita Federal também deverão encaminhar dados de movimentações bancárias e do patrimônio dos executivos.

FACHADA

Outras fornecedoras são investigadas no suposto esquema da merenda por manterem empresas de fachada para esconder o

destino do dinheiro. Uma delas tem como sede um endereço onde funciona uma igreja evangélica. Seus donos também são executivos de uma empresa que mantém dezenas de contratos com prefeituras do Estado.

No Rio Grande do Sul, o suposto cartel da merenda foi investigado pela Polícia Federal. Escutas feitas com autorização da Justiça pelos federais teriam flagrado conversas suspeitas, em que executivos acertaram valores a serem cobrados dos clientes. Os dados dessa investigação foram repassados aos promotores paulistas que apuram os contratos entre as empresas e a Prefeitura. ●

DUDE NA MERENDA

Empresas suspeitas têm contas bloqueadas

promotores afirmam que elas
são controladas por 'laranjas'



FALL LOEBERT/VEJA 11/2/2008